

Eletronuclear sem comando definitivo leva sindicato a protestar

Por Sônia Paes

O governo do presidente Lula e o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, serão alvos nesta quinta-feira, dia 21, às 18 horas, de um protesto do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica nos Municípios de Paraty e Angra dos Reis (Stiepar). Motivo: a indefinição sobre o comando da Eletronuclear, que opera as usinas Angra 1, Angra 2 e Angra 3. O ato será durante o Seminário de Devolução das Ações dos Programas Socioambientais da Central Nuclear de Angra, interior do Estado do Rio, promovido pela estatal federal, com apoio do Ibama.

Os municípios de Rio Claro, Angra e Paraty, todos no entorno do complexo nuclear, devem enviar representantes para o evento, que será ainda transmitido pelo youtube. O presidente do sindicato Cássio Lúcio Luiz Martins, mais conhecido como Tilico, explica que a demora na troca da atual gestão, classificada por ele como desastrosa, oferece risco nuclear para o país.

Desde meados de julho o diretor-técnico Sinval Zaidan Gama ocupa interinamente a presidência, no lugar de Raul Lycurgo Leite. “O sindicato apoia a decisão do Sinval como presidente interino por falta de opção”, dispara Tilico. “O nome Sinval veio como atenuador de conflito pois o conselho sabe que os trabalhadores jamais permitiriam a condução de Sidney Bispo mesmo que temporário”, disse, referindo-se ao diretor-administrativo, Sidney Bispo, com grande rejeição entre os trabalhadores. Detalhe: a indicação de Bispo vem do Ministério Minas e Energia e chegou até a ser testada. Em janeiro deste ano, ele assumiu interinamente o comando da empresa e enfrentou resistência dos empregados e até mesmo pedidos de exoneração de gerentes. Resultado: voltou para a direção administrativa.

Presidente da entidade diz que Lula sofre enfrentamento do ministro Alexandre Silveira na escolha de presidente para estatal



Tomaz Silva/Agência Brasil

Trabalhadores das usinas da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto criticam atual administração

Um olho na estatal e outro em 2025

A nomeação para a presidência da Eletronuclear, assim como de outras estatais do setor de energia, como a Indústria Nucleares do Brasil (INB) e Nuclep, indústria estratégica nacional criada para atender ao Programa Nuclear Brasileiro, mexe também com o cenário político, além do técnico. A gestão do ex-presidente Raul Lycurgo,



Alexandre Silveira estaria brigando para emplacar presidência da empresa

“O mais triste disso tudo é que o presidente Lula está sendo peitado pelo ministro de Minas e Energia “

“O sindicato apoia a decisão do Sinval como presidente interino por falta de opção “

Cássio Lúcio, o Lilico

Críticas a Alexandre Silveira

Já a preferência no meio sindical é pelo diretor-operacional Luiz Ricardo Pereira, que iniciou sua carreira em 1980 em Angra 1. “Porém, ele acumula duas pastas”, adianta o sindicalista, voltando a disparar contra o ministro Alexandre Silveira.

- Não iremos permitir Sidney Bispo como presidente da Eletronuclear. O mais triste disso tudo é que o governo está sendo peitado por Alexandre Silveira que atropelou até mesmo a decisão da ministra de Secretaria de Relações Institucionais ministra, Gleisi Hoffmann, de efetuar troca da gestão por novos nomes - afirmou.

Ele confirma que Sidney Bispo, apadrinhado pelo ministro, continua no cargo há cerca de três meses, alegando estar fazendo um trabalho de excelência chamado de gestão de choque: “Mais conhecido pelos trabalhadores como gestão desastrosa, que vem sucateando as usinas e colocando tudo em risco”, conclui Tilico.

Volta do ônibus e moradias

A manifestação do sindicato, marcada para as 18 horas, vai chamar atenção também para o fim do transporte oferecido pela Eletronuclear para alunos de universidades de Angra dos Reis, Barra Mansa e Volta Redonda. O serviço foi paralisado em 24 de julho e a medida faz parte do plano de contenção da empresa.

O sindicalista aproveitará o ato para repudiar o corte do benefício que garantia moradia para trabalhadores da empresa. Ato todo são duas vilas residenciais (Mambucaba e Praia Brava) em Angra dos Reis, construídas para atender os moradores. No ano passado, na gestão de Raul Lycurgo começou a ser definido o pagamento de condomínio e manutenção das vilas de casas, gerando reação do sindicato.

Justiça suspende licença para hotel de luxo

Por Gabriel Gama

A Justiça Federal suspendeu na segunda-feira (18) a licença para instalação do Hotel Spa Emiliano em Paraty (RJ) e exigiu a realização de consulta prévia, livre e informada às comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras que seriam diretamente impactadas pelo empreendimento.

A 1ª Vara Federal de Angra dos Reis afirma que a Prefeitura de Paraty ouviu apenas a comunidade do Saco do Funil e entendeu que não seria necessário consultar os demais povos tradicionais.

O projeto prevê a construção de 67 cabanas de luxo em uma zona de manguezal dentro da área de proteção ambiental (APA) de Cairuçu.

A Justiça destacou que o terreno no qual o grupo Emiliano planeja construir o hotel está situado na área central do sítio reconhecido como Patrimônio da Humanidade pela Unesco em 2019. A nomeação de Paraty e Ilha Grande é a única do Brasil com reconhecimento da cultura e da natureza locais.

“O posicionamento do município mostra uma negação da realidade social de seu território e uma pretensão artificial e voluntarista de reduzir a esfera do legítimo debate público”, diz a decisão liminar em primeira instância. Está marcada uma audiência de conciliação entre



Divulgação/MPF

Projeto prevê a construção de cabanas de luxo dentro de área de proteção ambiental em Paraty-RJ

as partes envolvidas no início de outubro.

A Secretaria Municipal do Ambiente afirma que acompanha os desdobramentos do processo e diz que atuará para assegurar que as decisões sejam tomadas de forma equilibrada e respeitando a proteção do território.

“Nossa prioridade é garantir que todo o desenvolvimento do município ocorra de forma responsável, em conformidade com a legislação ambiental vigente e respeitando as comunidades tradicionais e o patrimônio natural e cultural de Paraty”, diz a pasta.

O grupo Emiliano aguarda uma decisão definitiva da Justiça e afirma que realizou os estudos técnicos exigidos.

“Toda a nossa atuação se baseia no cumprimento da lei, na boa-fé, na cooperação com as autoridades e no diálogo transparente, porque acreditamos que o crescimento só faz sentido quando acontece junto com o cuidado com o lugar e as pessoas”, afirma a empresa.

Como a Folha revelou, o MPF (Ministério Público Federal) protocolou em julho uma ação civil pública contra o

município de Paraty, o estado do Rio de Janeiro, o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e a empresa J Filgueiras Empreendimentos e Negócios Ltda, que planeja o resort.

“A J Filgueiras ressalta a importância da participação do Poder Judiciário e acredita que a solução definitiva trará segurança jurídica não só para a realização do projeto, mas também para toda a comunidade que será beneficiada”, diz. O grupo Emiliano defende que o hotel trará empregos à região.

Já a Justiça avalia que “o empreendimento está destinado a ocupar um enclave em meio a ocupações de povos tradicionais, num território já coalhado de conflitos socioambientais”.

Segundo a decisão liminar, o empreendimento apresenta riscos de pressão sobre recursos naturais, especulação imobiliária, expulsão de comunidade tradicionais e impactos no modo de vida dessas populações causados pelo aumento da circulação de pessoas. “Ignorar esses fatores é uma violação frontal do dever de prevenção”, diz o documento.

O licenciamento do hotel Emiliano tramita desde 2010.

Vagner do Nascimento, coordenador do FCT (Fórum de Comunidades Tradicionais), que participou de um protesto durante a última Flip (Festa Literária Internacional de Paraty) contra o hotel, afirma que a decisão da Justiça reforça a denúncia do MPF sobre a falta de consulta prévia aos povos tradicionais.

“Estamos felizes com a justa decisão, porque é uma luta que nós no FCT estamos enfrentando desde o início, já há alguns anos, mobilizando comunidades e parceiros contra esta ameaça do grupo Emiliano”, diz. “É um empreendimento muito agressivo que causaria danos irreparáveis”, afirma.